

Maria, 6 anos, Ana, 11, e João, 13, estavam a dormir quando o INEM chegou a sua casa. Eram duas da manhã e o pai ligara o 112 porque o bebé de 20 dias não parava de chorar. No local, a equipa de emergência constatou que o pai e a mãe estavam alcoolizados e o bebé não fora amamentado. As crianças foram imediatamente levadas pela PSP. Mas apesar de terem sido retiradas à família por estarem em perigo, não foram logo acolhidas numa instituição, ao contrário do bebé, que seguiu para o hospital. Passaram a noite na esquadra, sem dormir, porque não havia local para os acolher.

O caso não é único, garantem as várias fontes responsáveis por esta área. PSP, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Cruz Vermelha e tribunais queixam-se da falta de vagas nas instituições para acolher menores em perigo. E da má articulação das entidades que operam na emergência infantil, principalmente nas grandes cidades, o que obriga a que as crianças fiquem em esquadras, hospitais ou até nas mesmas famílias que as colocam em risco

No caso dos três irmãos foram separados, entre choros e preocupações. Ana e João seguiram para

instituições diferentes e Maria, sem vaga, foi levada ao juiz, que decretou a sua institucionalização imediata no mesmo centro da irmã. Só chegou lá às seis da tarde, 16 horas após ter sido levada de casa. Nesta situação, desde que foi chamada, a PSP garantiu ao DN que esteve em contacto com a Segurança Social e a Misericórdia de Lisboa para arranjar uma solução que não fosse a separação das crianças, pois a saída de casa já fora suficientemente traumática.

Nos casos menos urgentes, as crianças com medida de acolhimento já decretada aguardam em casa, com a família, onde por vezes está o risco. E até nos hospitais, onde entraram por um problema

de saúde mas de onde já não saem com os pais, se forem suspeitos de negligência.

A falta de vagas é transversal, confirma a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNCJR), onde têm

chegado mais queixas. Numa emergência – como violência doméstica ou abandono –, as crianças são sempre acolhidas, garante a CNCJR e a Segurança Social. Mas às vezes muitas horas depois, longe de casa, noutros distritos, ou em condições desapropriadas.

“Andamos com elas para cima e para baixo”, confirma Joana Rodrigues, coordenadora das equipas distritais da Cruz Vermelha,

onde chegam os casos encaminhados pela Linha de Emergência Social (144), durante a noite. “A verdade é que contactamos as outras equipas distritais e não há resposta.”

“Não faz sentido colocá-las longe de casa, porque no dia em que entram deve ser iniciado o seu desacolhimento. Para isso, é preciso trabalhar as famílias”, sublinha Teresa Espírito Santo, da CNCJR, confirmando que as dificuldades têm aumentado. Muitas instituições também são inflexíveis, lamenta a PSP e a Cruz Vermelha. Só acolhem crianças de determinada idade ou sexo, ou recusam a entrada porque não têm a equipa técnica disponível durante a noite.

Se não arranjam lugar através

da equipa de gestão de vagas, as CPCJ chegam a ir com as crianças ao Instituto de Segurança Social. Uma forma de pressão, reconhece Helena Vitória, presidente da CPCJ de Sintra Oriental, que em 2011 tomou esta atitude duas vezes.

Esmeralda Ferreira, da CPCJ de Cascais, explica que a institucionalização é sempre o último recurso, muitas vezes temporário – até que a família se reorganize –, e que pode ser tomado com ou sem consentimento dos pais.

O problema das vagas deve-se ao aumento dos casos mas também à reorganização da resposta. Em 2011, as comissões decidiram institucionalizar 2995 crianças, mais 538 do que em 2010, ou seja, em 9,8% dos casos. A resposta é

### Falta de vagas é transversal, confirma comissão

## SINALIZADOS

### IA PARA AS AULAS SEM PEQUENO-ALMOÇO

► **Negligência** Pedro, 12 anos, ia sempre para a escola sem tomar o pequeno-almoço. Nos dias de chuva e frio, não trazia casaco. O material escolar também ficava em casa e os TPC raramente vinham feitos. Quando os professores tentavam contactar os pais, nunca conseguiam. O caso acabou por ser sinalizado à comissão como negligência, mas o problema e a desorganização da família eram muito mais vastos.

### FUGIA DE CASA E OS PAIS NÃO CONTROLAVAM

► **Delinquência** Ricardo, 15 anos, roubava, fugia de casa e consumia drogas. Os pais não estavam a conseguir controlar a situação e o comportamento de Ricardo estava já a ser um risco para si próprio. Um dia fugiu e os pais comunicaram à Polícia de Segurança Pública. Quando reapareceu, a comissão e os pais decidiram que o melhor era colocá-lo numa instituição.

pior para maiores de 12 anos, com deficiência ou cuidados especiais de saúde. Os com problemas de comportamento e pré-delinquência também são mais difíceis de acolher e precisam de um lar especializado. Para os casos de saúde mental, cada vez mais prementes, nem há resposta.

A aposta numa resposta mais especializada e qualificada tem conduzido à diminuição do número de crianças por instituição. E a Segurança Social não tem financiado mais vagas. Além disso, reconhecem os técnicos, a instituição não resolve a maioria dos problemas das crianças e famílias. O sistema é aberto e muitas entram por uma porta e saem pela outra.

## ORIENTAÇÃO SEXUAL REJEITADA

► **Conflitos** Rodrigo, 13 anos, vestia-se de rapariga, assumindo, assim, a sua orientação sexual. Os pais não lidaram bem com a situação e tinham muitas dificuldades em relacionar-se com o filho, que fugia de casa várias vezes. Um dia, exaustos e sem conseguir gerir o problema, puseram-no fora de casa. Colocaram as suas coisas numa mochila e meteram-no num táxi, encaminhando para a comissão de menores.

# Número de casos com famílias monoparentais quase igual ao de casais

**DIFICULDADES** Mães, muitas vezes com mais do que um filho de relações diferentes, têm grandes problemas para sustentar os menores

As comissões estão a ter cada vez mais casos de crianças que vivem só com um dos pais. Principalmente mães com mais do que um filho, de relacionamentos diferentes, e com grandes dificuldades em acompanhar os menores a seu cargo. Na comissão de Sintra Ocidental, a percentagem de crianças acompanhadas em famílias monoparentais (38%) já é quase igual à das que vivem com o pai, a mãe e os irmãos (39%).

“São mães com problemas económicos e grandes fragilidades. Algumas têm ocupações laborais, trabalham de manhã à noite, e deixam os filhos sozinhos”, afirma Teresa Villas, presidente da comissão de Sintra Ocidental, uma das que mais processos acompanha no País. “Não têm com quem dividir as tarefas, nem família de retaguarda. Algumas têm filhos de vários companheiros, o que depois também dificulta a gestão familiar”, acrescenta.

Os alertas chegam às CPCJ pelas denúncias de vizinhos, pela polícia e até através de outros familiares.

Esmeralda Ferreira, da CPCJ de Cascais, reconhece que há também alguma falta de firmeza dos pais na educação dos filhos. “Têm dificuldade em educar, em impor limites. Quando as crianças crescem, torna-se tudo mais complicado. Educar sozinho é um desafio ainda maior. E muitas mães sozinhas tendem a ser permissivas.”

As famílias monoparentais não têm de ser um problema, são apenas um “desafio diferente”, considera Teresa Espírito Santo, da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. “Estas mães precisam de um apoio diferente, não podem ficar sozinhas, nem deixar as crianças sozinhas, mesmo que tenham de trabalhar de manhã à noite.”

Mas as tradicionais famílias alargadas também preocupam as comissões. Em Loures, uma das que recebem mais processos em todo o País, a procura da estabilidade familiar tem levado ao encaminhamento de muitos casais e de pais e filhos para terapia.

**38%** pais singulares

Percentagem de casos acompanhados na comissão de Sintra Ocidental

**39%** famílias alargadas

Casos de crianças que vivem com pai e mãe são ligeiramente superiores

# Comissões receberam situações mais complexas no ano passado

**BALANÇO** Instituições acompanharam quase 68 mil situações de risco em 2011 e garantem que o panorama já se agravou este ano

Mais casos acompanhados, reabertos e cada vez mais complexos. É este o balanço que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em risco (CPCJ) fazem do último ano, em que foram acompanhadas quase 68 mil situações de risco. O panorama já se agravou nos primeiros meses de 2012, garantem as instituições. Para monitorizar a situação, o Governo pediu às comissões para elaborarem relatórios semestrais.

A negligência continua a ser o principal motivo de sinalização, mas muitas vezes este é apenas o sinal visível de outros problemas. Como a violência doméstica ou a desorganização familiar desencadeada pelo desemprego.

“Há crianças que vão sempre para a escola mal agasalhadas, sem pequeno-almoço, atrasadas, ou sem os trabalhos de casa feitos. Quando avaliamos a situação, percebemos que é uma perturbação geral da família, os pais não conseguem cuidar”, explica Esmeralda Ferreira, presidente da CPCJ de Cascais.

Nestes casos, o alerta é dado pela escola, entidade de primeira linha que mais sinaliza, e que tem também tentado gerir e ajudar a resolver os problemas, antes de os encaminhar.

“Há muita crise instalada, muita desorientação familiar e perturbações da saúde mental. Mas não é por vulnerabilidade económica que abrimos processo”, acrescenta Esmeralda Ferreira, salientando que muitos casos são de famílias da classe média e até alta. Este ano têm sido abertos mais processos, confirma a coordenadora, destacando os problemas de saúde

mental dos pais mas também das crianças. “Temos adolescentes e até miúdos de oito ou nove anos com comportamentos de risco. Não vão às aulas, fogem de casa, consomem drogas. Os pais não os conseguem controlar e vêm cá pedir ajuda.”

Nestes casos, os técnicos tentam perceber quando é que as coisas começaram a correr mal, explica. “A conclusão é que vivem num ambiente familiar muito desorganizado. Crescem no meio da confusão. No futuro, não vão conseguir ser adultos equilibrados e inseridos na sociedade do ponto de vista profissional e social”, alerta a técnica.

No Porto, Cecília Bastos diz que os casos também estão a subir. São, sobretudo, situações de violência doméstica e as sinalizações chegam, quase sempre, da polícia. Mas o alerta pode surgir também na escola, pelo absentismo ou insucesso escolar.